



HAL
open science

A crise econômica mundial

Fabien Tarrit, Roselis Batista

► **To cite this version:**

Fabien Tarrit, Roselis Batista. A crise econômica mundial: Um reflexo dos desequilíbrios estruturais do capitalismo. *Ciência e luta de classes*, 2012, pp.15-26. hal-02019051

HAL Id: hal-02019051

<https://hal.science/hal-02019051>

Submitted on 14 Feb 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL - UM REFLEXO DOS DESEQUILÍBRIOS ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO

Fabien TARRIT

Universidade de Reims Champagne - Ardenne, France

Dr. em Economia, MC (REGARDS-OMI)

A crise que a economia mundial atualmente confronta encerra um período de crescimento econômico relativamente forte que sucedeu a uma série de outras crises cada vez mais frequentes. E verdade que o capitalismo sempre foi, de maneira mais ou menos regular, confrontado a abalos, no entanto, a atual crise contém um certo número de particularidades que dizem respeito tanto à sua natureza quanto à sua amplitude, o que a tornam singular. Iniciada com a falência do setor imobiliário americano, ela é testemunha de desequilíbrios crescentes para a economia capitalista mundial, uma de suas expressões sendo que a relação entre o valor dos ativos financeiros e a produção de mercadorias foi multiplicada por três entre 1986 e 2005. Hoje em dia o sistema econômico está sendo profundamente afetado e o termo "capitalismo" não é mais rechaçado pelos economistas *standards*. O presente artigo tem como objetivo apresentar esta crise como uma manifestação das contradições fundamentais do capitalismo, em particular, a lei da baixa tendência da taxa de lucro. Depois de ter levantado um estado das manifestações mais imediatas e mais visíveis da crise, nos dedicaremos aos mecanismos estruturais como uma expressão particular da tendência à baixa da taxa de lucro, o que toma a forma de um fenômeno de sobreacumulação-desvalorização do capital (I). Em seguida nos descrevemos as praticas realizadas diante da crise (II), e

concluímos perguntando-nos sobre a pertinência do discurso que fala de uma nova retomada.(III).

I. A CRISE MAIS VIOLENTA DESDE 1929, NO PRÓPRIO CORAÇÃO DO CAPITALISMO

A atual crise econômica, que estourou em 2008 e foi precedida em 2007 pela explosão da crise do mercado imobiliário americano, foi inesperada pelos economistas ortodoxos, seja que se trate de seu desencadeamento ou de sua grande dimensão. Sua detonação repousa sobre as condições do crescimento forte havido entre 2003 e 2006 (I.1), e responde desta maneira à crise de 2001-2002 (I.2).

I.1. Uma explosão ligada às condições do período precedente de crescimento

A crise ecoa no período de forte crescimento entre 2003 e 2006 (I.1.1) que estava assentado sobre um forte aumento das desigualdades e do grau de exploração (I.1.2) e de endividamento (I.1.3).

I.1.1. Encerrando um período de forte crescimento

Ocorre que o período em que vivemos atualmente está marcado por uma intensificação das contradições da economia mundial. Isso encontra seu testemunho no fato de que já fazem vinte anos que notamos uma aceleração das crises financeiras de uma amplitude sem precedente desde 1929: um *crash* da bolsa que se segue à crise da dívida mexicana em 1987, comparável a que teve lugar em 1929; uma crise imobiliária americana, na Europa e no Japão em 1990; uma crise do sistema monetário europeu em 1992-1993; uma crise no México em 1994-1995; uma crise financeira na Ásia, na

Rússia, em seguida uma internacional em 1997-1998; outra no Brasil em 1999; uma crise na Turquia em 2000; uma crise das novas tecnologias e uma crise argentina em 2001-2002. E então que surge um paradoxo, posto que, desde 2002, ou seja durante todo o tempo que durou o período que se seguiu à crise das novas tecnologias, o crescimento econômico mundial é estável e é relativamente importante. De 2003 a 2006 o ritmo de crescimento da economia mundial foi o mais elevado desde o início da década de 70: da ordem de 5%, acompanhado de uma fraca inflação. Para o ano de 2006 foi até mesmo de 5,5%.

1.1.2. Uma alta do grau de exploração e do grau das desigualdades.

Um paradoxo suplementar é que este crescimento econômico relativamente forte não correspondeu a uma alta do bem estar das populações. Ele se baseia sobretudo numa aumentada exploração dos trabalhadores, o que se manifesta pelo buraco sensível das desigualdades de renda, notadamente na principal potência econômica mundial, que nos escolhemos para ilustração. A renda média diminuiu de 7 % entre 2001 e 2004 nos Estados Unidos, o que é a prova de uma brecha muito importante das desigualdades. A fração do centésimo mais rico da população detém mais de um terço das riquezas (34,3M), enquanto que os 20% mais pobres só tem 0,2%. Entre 2001 e 2006 adicionaram-se mais sete milhões de pessoas que se viram privadas de seguro de saúde, e a taxa de pobreza passou de 11,3% a 12,3%, enquanto que a taxa de lucro das empresas atingiu um pico de 12,8% (ela não tinha ultrapassado os 8,3% durante o período de forte crescimento do pós-guerra). Assim, a relação capital-trabalho foi sensivelmente modificada a favor do capital

Além disso, o desenvolvimento do capitalismo na China, na Índia, e nos países da ex-União Soviética, conduziu à duplicação da força de trabalho mundial num período relativamente curto, e a consequência mecânica disso foi, ao mesmo tempo uma diminuição da composição orgânica do capital e uma pressão para uma baixa nos salários e, logo, uma alta na taxa de exploração, de onde provém também um aumento da taxa de lucro.

1.1.3. Uma alta da dívida

Some-se além do mais o crescimento econômico nos EEUU que reside nas despesas militares e no déficit orçamentário, este, em grande medida financiado pelos investimentos estrangeiros (a dívida americana se deteve em 46% pelos capitais estrangeiros, contra 31% em 2001), - sobretudo capitais chineses-, e saiu favorecida devido a três fatores: a alta produtividade chinesa, a diminuição das taxas de juros, e a diminuição dos salários reais e, até mesmo, dos salários nominais que correspondem paralelamente a três fenômenos: o aparecimento da inflação, sobretudo sobre as mercadorias de primeira necessidade, a explosão da bolha imobiliária e o caráter não infinito da exploração, a mais-valia aumenta mais rapidamente que a receita nacional e, não sendo investida, temos uma super abundância de capitais financeiros que exigem rendimentos cada vez mais importantes ou, considerando-se os fundamentos físicos e sociais do valor da força de trabalho, o grau de exploração não pode crescer de maneira infinita. Observa-se então, o aparecimento dos primeiros sinais de uma crise mundial do capitalismo, e ela se manifesta em seu próprio centro, os Estados Unidos. O número de criação de empregos tornou-se visivelmente mais lento, passando de 219 900 em 2005 a

82 200 em 2007 (de 2001 a 2007, a indústria perdeu um milhão e oitocentos mil empregos), a dívida dos lares aumentou a 133% de sua receita, sendo a parte de investimento no PIB (10,4%) a mais fraca desde os anos 1960, e o déficit para 2008 foi antecipado a 219 bilhões de dólares, contra 163 bilhões em 2007...

I.2. A explosão da bolha imobiliária no prolongamento da crise das novas tecnologias

Friedrich Engels já tinha constatado que os elementos utilizados contra a repetição das crises contem, eles mesmos, o germe de uma crise ainda mais violenta. No caso, a presente crise remete à crise das novas tecnologias em 2001 (I.2.1), tendo por consequência a constituição (I.2.2) e depois o estouro de uma bolha imobiliária (I.2.3), que se transforma em crise financeira e depois em recessão econômica. (I.2.4).

I.2.1. Na continuidade da crise de 2001-2002.

A crise da nova economia em 2001 foi precedida por uma bolha na bolsa de uma grandeza pouco habitual, fato que só em 1920 pode considerar-se como um precedente comparável. A crise na bolsa pressagiava um processo de lentidão econômica importante, onde o estouro da bolha da bolsa levava a uma severa queda do investimento das empresas e de um forte aumento das demissões. A economia entrou em recessão em março de 2001, mas a recessão não se transformou em depressão graças à continuação do consumo. As famílias, em massa, diminuiram a um patamar histórico, suas poupanças, de maneira a evitar uma diminuição de seu nível de vida – de 11,2%

em 1982, a taxa de poupança dos lares nos EEUU passa a -1,1% em 2006. Ressalte-se que as autoridades públicass intervieram massivamente, tanto no nível do orçamento quanto no nível monetário. De um lado o governo federal comprometeu-se com as despesas orçamentárias massivas – sobretudo nos EEUU, transformando o excedente de 239 bilhões de dólares em 2000 num déficit de 438 bilhões em 2008. Por outro lado, a Reserva Federal Americana (FED), suavizou sensivelmente sua política monetária, reconduzindo sua taxa diretora de juros de 6,5% a 1% no espaço de seis meses (1º semestre de 2001). Assim, o endividamento foi estimulado, e isto foi ainda mais marcado no setor imobiliário com a adoção de leis que permitiam o crescimento da capacidade de endividamento, a outorga de empréstimos hipotecários... o que facilitou a constituição de uma bolha imobiliária.

1.2.2. A formação de uma bolha imobiliária

Organismos de crédito imobiliário oferecem a clientes pouco solventes empréstimos com taxas elevadas e variáveis, vendendo títulos de crédito a outros agentes que, por sua vez os revendem em produtos financeiros sofisticados, que eles esperam que sejam rentáveis. Esta operação baseia-se na hipótese de que existirá uma oferta contínua de crédito, o que levaria os preços a uma alta, sem necessidade de avaliar os riscos daquele que pede emprestado, posto que ele sempre poderia revender o seu bem. Esta prática funcionou de 1994 a 2006 (entre 2001 e 2006 os preços do imobiliário aumentavam de 10% a 20% ao ano), data em que estes créditos, chamados de *subprimes*, representavam 600 bilhões de dólares, ou seja, por volta de 20% do total de empréstimos imobiliários nos EEUU. Esta prática foi acompanhada de uma bolha

especulativa e de uma sobreavaliação das moradias. No transcorrer deste período os investimentos nas novas construções aumentaram em 80% nos EEUU, e de 20% a 40% na Europa. Os empréstimos imobiliários conseguidos para as famílias aumentavam anualmente de 3,3% na Alemanha, de 11% nos EEUU, de 19,2% na Itália, em consequência as taxas de endividamento das famílias passaram - entre os anos de 2001 e 2006 de 31,1% a 52,2% na Itália, de 64,7% a 75,3% na França, de 99,7% a 109,9% na Alemanha, de 106,6% a 155,5% na Inglaterra, de 107% a 140% nos Estados Unidos... e a parte de empréstimo hipotecário na receita das famílias americanas tenha dobrado entre 2000 e 2005. A bolha imobiliária não foi reconhecida como tal na época, como foi o caso para muitas outras bolhas que a precederam. Neste caso da que ora se apresenta, isso se explica porque desde 1929, os cursos dos imóveis nos EEUU, nunca tinham caído antes, e isto porque era amplamente aceita a hipótese de que os preços iam continuar a aumentar.

1.2.3. O estouro da bolha imobiliária.

O problema surgiu em 1995 quando os preços, tendo atingido seu teto, começaram a diminuir e que um número significativo de lares foram incapazes de reembolsar seus empréstimos, sabendo que o montante dos reembolsos atingia até 70% das entradas e que os salários estagnavam¹. O estouro da bolha imobiliária foi então o detonador da crise, mas esta não é a causa primeira. Mais além do processo de constituição de títulos (titrisation), vetor da especulação, do parasitismo e do risco financeiro, três tendências se conjugaram. Antes de mais nada, os salários reais

¹ Este fenômeno foi reforçado por um aumento das taxas de juros diretores pella Fed.

estagnaram ou diminuíram, sobretudo devido a que houve um enfraquecimento sensível das lutas pelos salários, e isso desde 2001². Em seguida os preços dos terrenos e dos imóveis diminuíram. Finalmente as taxas de juros “diretores” aumentaram até 5,25% na metade de 2006. Entre julho de 2006 e maio de 2008, os preços dos imóveis americanos caíram de 18,4% e as insolvências atingiram 10% em abril, um recorde. Em 2007, a venda de domicílios novos caiu de 40,7% com uma baixa de preço de 10,4%. Um milhão e trezentas mil (1,3 milhões) moradias (1% dos lares americanos) foram embargados, em 2007, principalmente entre julho e dezembro, ou seja, uma alta de 79% em um ano. Na impossibilidade de vender seu bem - imóvel – a organismos de crédito, conseqüentemente, os mais frágeis entre eles acharam-se em dificuldade. Eles tiveram que tomar emprestado aos bancos centrais – que diminuíram suas taxas de juros “diretores” para evitar que as dificuldades se tornassem ainda mais graves e mais amplas. O mercado das *subprimes* despencou; mais de 3 000 bilhões de dólares desses empréstimos perderam a metade de seu valor, os lucros dos bancos de negócios americanos caíram mais de 50%, dezenas de bancos e de fundos de investimento tinham-se involucrado com o mercado imobiliário, e uma centena de PME (o que é?) financeiros declararam falência. *

1.2.4 Da crise financeira à recessão econômica

O sistema de crédito cujo centro é constituído pelos Bancos conhecidos como nacionais e os “emprestadores” além dos usureiros que circulam em torno desses bancos, esse sistema representa uma centralização enorme; e ele confere a essa classe de parasitas um poder

² Isto se deve, entre outras razões, ao aumento da repressão ligada aos atentados de 11 de setembro.

fabuloso, o poder de intervir de uma maneira, a mais perigosa, na produção real (Karl Marx, *O Capital*, livro terceiro, tomo II, p. 206).

O processo de fechamento do crédito desatou uma onda de falências entre os fundos especulativos, os fundos de inversão e os bancos comerciais e a inversão (*investissement*). Assim, *as subprimes* são sobretudo um sintoma mais do que uma causa; estes foram simplesmente subestimados pelos economistas ortodoxos. Devido ao processo de titularização, esses empréstimos imobiliários estavam ligados a outros empréstimos de risco que eram gerados pelos bancos. Esses devem tê-los vendido a um preço baixo, assim os lucros dos bancos e das seguradoras despencaram muito, e a crise imobiliária transforma-se em crise bancária. Isso por dois motivos: uma crise de liquidez, pois se torna cada vez mais difícil para os bancos tomar emprestado de outros bancos nos mercados interbancários, por razões de confiança, e uma crise de rentabilidade, pois as perdas ligadas à crise imobiliária carregavam os lucros.

Contrariamente às crises que estouraram em 1987 ou em 2001, concentradas em uma indústria em particular, contrariamente à crise asiática de 1997-1998, circunscrita nos países menos poderosos, a presente crise atinge os mercados financeiros em geral, e ela parte do centro capitalista principal. Assim, a crise financeira iniciada no crédito imobiliário americano desenvolveu-se rapidamente e no dia 15 de setembro de 2008 o Lehman Brothers, 4º banco de negócios americano³, que tinha já anunciado perdas muito importantes, e cujo curso das ações caiu de 70% no transcorrer da semana de 8 de setembro, foi liquidado, colocado em correção judicial. Seus ativos foram congelados e

³ Os bancos de negócios, contrariamente aos bancos de depósito, quase não têm famílias como clientes, mas principalmente outros bancos, empresas... Em 1999, o Congresso americano se fusionava com o setor dos bancos de depósito e dos bancos de negócios.

sua falência foi pronunciada. Este acontecimento foi comentado como a “*mais grave crise financeira dos últimos cem anos*” (Alan Greenspan, presidente do Fed de 1987 a 2006, *Libération*, 15 de setembro de 2008) e teve rapidamente repercussão sobre outros estabelecimentos. Em um ano, a renda líquida dos bancos comerciais e das instituições de poupança caiu de 86,5%, passando de 36,8 milhões de dólares a 5 bilhões, seu nível mais fraco desde 1991. Dois dias depois, o curso da ação do segurador americano AIG, havendo assegurado ativos ligados ao mercado imobiliário por mais de 500 bilhões de dólares, sofreu uma queda de 60%. Ele corria o risco de também ser colocado em falência, até a decisão do Fed de lhe outorgar 85 bilhões de dólares de empréstimo em troca de uma participação de 79,9%; ou seja, de uma nacionalização, a mais radical intervenção do setor privado em toda a história do banco central. Nesta ocasião, o Fed contorna suas próprias regras, posto que não se encontra nelas o refinanciamento dos seguradores. No entanto, a falência da AIG teria trazido consequências mais graves que as de Lehmann Brothers. No mesmo dia, o curso da AIG perde outra vez 35% (em queda de 97% desde o começo do ano). Apesar destas intervenções massivas, a redução foi logicamente afetada pelo enxugamento do crédito e o ano de 2009 viu uma queda do PIB mundial da ordem de 4% e uma baixa dos intercâmbios mundiais da ordem de 10%. A bolha financeira que desatou esta crise partiu de uma especulação sobre o mercado imobiliário, foi propagada no setor dos bancos de investimento, e provocou uma imensa destruição de capital em escala mundial, primeiro na finança e depois na indústria. Esta crise é antes de mais nada uma crise de acumulação do capital em escala mundial, e seu desencadeamento foi acelerado por políticas postas em funcionamento desde os anos 1980, as quais visavam facilitar a circulação do capital e de fazer crescer a pressão sobre os salários. Apareceu então o risco de conhecer uma

depressão econômica mais profunda e mais longa do que a que houve nos anos 1930. As contradições internas do capitalismo, sua tendência a centralizar e a concentrar o capital reforçaram uma tendência histórica com respeito à sobreacumulação de capital, que corresponde ao mesmo tempo, à incapacidade de valorizá-lo, e a uma fraqueza relativa, do valor da força de trabalho.

II. AS RESPOSTAS DOS ATORES

Frente ao desenvolvimento e à extensão da crise econômica mundial, que expressa uma tendência à baixa da taxa de lucro, vários elementos foram postos em funcionamento para limitar sua amplitude. Trata-se de uma forte intervenção pública (II.1) e a conjunção entre o aumento do grau de exploração dos trabalhadores e uma diminuição da quantidade de capital invertido (II.2). Outra resposta à crise foi paradoxalmente a atitude de um recolhimento nacional (um repli) acompanhado de uma reconfiguração das relações de força internacionais (II.3).

II.1. Uma intervenção pública massiva

Em uma situação onde o capitalismo e a regulamentação de mercado devem enfrentar seus consideráveis disfuncionamentos, a intervenção do Estado aparece como indispensável para evitar o desmoronamento, e as instituições financeiras por sua vez foram financiadas com somas consideráveis (II.1.1), o que pôs fim à hipótese de autorregulação do capitalismo (II.1.2).

II.1.1. O Estado como ultimo recurso

Em 1997 Alan Greenspan explicava a crise asiática pela recusa em adotar os “métodos de livre mercado”, o que significava que, o grau de regulamentação ao qual estavam submetidas às empresas era demasiado elevado. Ora, se consideramos uma tendência histórica longa, as cifras corroboram a lei da atividade crescente do Estado em detrimento do setor privado⁴. Assistiu-se nos países mais ricos, durante todo o século XX, a uma tendência muito clara quanto ao aumento da parte das despesas das administrações públicas no PIB. Efetivamente, as despesas públicas desempenham um papel estabilizador e permitem assegurar a circulação do crédito; um amplo consenso se destacou em torno do principio segundo o qual um desmoronamento do mercado financeiro devia ser evitado.

Não é que nos agrada nacionalizar o Northern Rock ou salvar o Bear Stearns, é que é preciso dar o sinal de que as autoridades estão prontas para fazer tudo o que for necessário. (Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, AFP, 17 de março de 2008)

Sabe-se que é bastante raro que o Fed intervenha fora das reuniões de seu Comitê de política monetária - ele o tinha feito em 2001, seis dias depois dos atentados do 11 de setembro, para abaixar suas taxas. Trata-se, antes de mais nada, de restabelecer a serenidade com relação aos mercados financeiros, fornecendo-lhes a liquidez necessária à restauração da capacidade dos bancos em conceder créditos, e isso a fim de limitar a lentidão do investimento e de evitar uma recessão econômica. As intervenções são múltiplas, e os Estrados da zona euros, conjuntamente com o Reino Unido, intervieram massivamente junto a seus bancos respectivos para garantir os empréstimos. Marx

⁴ Lei conhecida como de Adolph Wagner

falava da abolição do modo de produção capitalista no centro mesmo do modo de produção capitalista:

*E engraçado ver que os capitalistas, que rejeitam com firmeza o direito ao emprego, por todas as partes reclamam uma ajuda pública dos governos. (Karl Marx, “Carta a Engels”, 8 de dezembro de 1857. In *Correspondance Marx-Engels*, Paris, Éditions sociales, p. 222)*

II.1.2 O fim de uma época

Hoje em dia assistimos a uma retirada com relação à ideologia do “livre mercado” e a um retorno de uma regulação pública mais importante. O exemplo da Islândia, país relativamente rico, no entanto, é revelador. Seus bancos⁵, que tinham tomado emprestado muito dinheiro, e de maneira massiva, aos bancos da Grã Bretanha e aos da Suécia, encontraram-se no final de setembro, inícios de outubro de 2008, na incapacidade de reembolsá-los, e acharam-se assim em grande dificuldade. O governo os nacionalizou e o FMI concedeu à Islândia um empréstimo de 2,1 bilhões de dólares, o que não impediu que seu PIB diminuísse de 10% em 2009. Muitos bilhões foram assim desbloqueados com o fim de enfrentar a crise: salvamento do sistema financeiro, ajudas a certos setores produtivos, começando pelo do automóvel, reativação da atividade pelos baixos impostos, programas de investimentos... O endividamento público não parou de crescer, pois o que era caro para as finanças públicas não era tanto o custo das medidas de apoio à atividade – por mais consideráveis que fossem – mas a redução das receitas fiscais que resulta do recuo da atividade econômica. No dia 18 de junho de 2009, o presidente americano anunciava um vasto conjunto de reformas dos

⁵ Os três bancos privados deste país.

serviços financeiros que modificam as atribuições de poderes entre os diferentes reguladores, que criam novas instâncias... A União Europeia também visa dotar-se de uma supervisão financeira reforçada. As três futuras autoridades europeias encarregadas do controle dos bancos, dos seguros e dos mercados serão investidas de poderes embaraçosos, que lhes permitirão, caso seja necessário, passar por cima do parecer dos reguladores nacionais.

II.2. Uma alta da exploração

Para manter seu nível de atividade, as empresas aumentaram o grau de exploração, com o fim de restabelecer sua taxa de lucro (II.2.1), tendo por corolário um crescimento do desemprego e da pobreza (II.2.2).

II.2.1. Restabelecer a taxa de lucro

E certo que a parte mais exposta dos detentores do capital sofreu bastante. Durante o primeiro trimestre de 2009, um número record de sociedades, decidiu diminuir a remuneração dos acionários. A classificação *Forbes*, que enumera os bilionários que existem no mundo, perdeu muitos representantes. Eles eram 793 em 2009, contra 1 125 em 2008, e o valor líquido de seus ativos não se elevava a mais de 2 400 bilhões de dólares contra 4 400 milhões de dólares em 2008. No entanto, com o fim de sair da crise, para a classe capitalista, é preciso restabelecer as condições de realização do lucro de maneira a que a taxa de lucro cesse de baixar aumentando a taxa de exploração e/ou diminuindo o montante do capital investido. Isso corresponde a

diminuições de salário (direto ou diferido), a cortes nos empregos, a fechamentos de fábricas... Parece que o valor do capital destruído no transcurso da crise financeira corresponde a cerca da metade d riqueza mundial. A OCDE propõe tornar mais leve o imposto sobre a renda do trabalho, em particular sobre os baixos salários, ou seja, o salário diferido e, em particular pela França, propõe continuar a limitar a alta do salário mínimo, pois seu custo é considerado demasiado elevado com relação ao salário médio; em todos os casos se trata de diminuir o valor da força de trabalho. Restabelecer a taxa de lucro significa volta a restaurar a confiança dos mercados financeiros. Nos Estados Unidos numerosas empresas baixaram os salários da ordem de 5 a 10%. No primeiro trimestre de 2009, o salário anual médio foi reduzido em 6,2% e o tempo de trabalho semanal atingiu o patamar histórico em maio, (33,1 horas), com 9 milhões de pessoas trabalhando em tempo parcial forçado⁶. E possível que tais medidas tenham começado a dar seus frutos, já que certos indicadores pararam de diminuir.

II.2.2. Um empobrecimento geral

A ultima razão de toda verdadeira crise real reside sempre na pobreza e na limitação do consumo das massas, diante da tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas só tivessem por limite a capacidade de consumo absoluta da sociedade. (Marx, O Capital, livro terceiro, tomo II, p. 145).

Não é menos dizer que isso passa por um empobrecimento absoluto da população, começando pelas categorias mais frágeis. O número de pessoas vivendo com menos de

⁶ Um fenômeno similar aconteceu no Japão no fim dos anos 90, e foi seguido de uma estagnação econômica durável.

2 dólares por dia teria aumentado de 200 milhões em 2009 com relação a 2007. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) sublinhou que em 2008, o número de desempregados aumentou mais de 10 milhões em escala mundial, a mais forte alta desde a crise financeira asiática de 1998, e teria aumentado de 27 milhões em 2009, e além do mais entre esses desempregados, 80% não recebem auxílio de seguro-desemprego. Nos Estados Unidos em particular, conta-se 13,7 milhões de desempregados, e este número conheceu seu maior aumento desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Precisamente, 6 milhões de trabalhadores perderam seu trabalho desde o início da crise, o que corresponde ao equivalente dos empregos criados no decorrer dos últimos 9 anos. Na OCDE, sete milhões de trabalhadores perderam seu emprego em 2008. No conjunto da União Europeia, o número de desempregados aumentou em 4,6 milhões em 2009. A Espanha perdeu mais de um milhão de empregos em um ano, com uma taxa de desemprego de 18,8%, enquanto que a taxa de desemprego na Irlanda passou de 4,9% no início de 2008 a 12,5% no final de 2009... Na Rússia cresceu de dois milhões o número de desempregados... Nos Estados Unidos 3,5 milhões de crianças de menos de 5 anos não se alimentam suficientemente, e mais de 12 milhões estão ameaçadas de desnutrição.

II.3. Um recuo nacional relativo e uma reconfiguração das relações de força

As relações entre os Estados-nação também sofreram com a crise, notadamente sob a forma do desenvolvimento de certas formas de protecionismo (II.3.1), o que colocou em evidência a fragilidade da dominação da economia americana (II.3.2).

II.3.1. A tentação do protecionismo

A Organização Mundial do Comércio (OMC) constatou rapidamente um deslize significativo visando medidas protecionistas, com altas dos direitos de alfandegários, mas sobretudo medidas não-tarifárias (normas); o FMI havia estimado em 12% a queda do comércio mundial para 2009, o que é o declínio mais importante desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os investimentos diretos ao estrangeiro caíram em 2008 de 15% em escala mundial, e de ser que o declínio seja ainda mais significativo em 2009. A União Europeia está-se fendendo: os dirigentes do grupo dos Vinte e Sete, começando pela Alemanha, rejeitaram a ideia de um plano global para vir em auxílio dos países da Europa central e oriental, duramente afetados pela crise. Recentemente a ministra da Economia da França, Christine Lagarde, colocou em tela de juízo o pacto de estabilidade, e isso com um apelo à Comissão Europeia para que esta última aplicasse ainda com mais flexibilidade as regras do Pacto de Estabilidade que obriga, especialmente, a manter o déficit público abaixo de 3% do PIB, e a dívida abaixo de 60%. Em abril de 2009 a Comissão Europeia lançou alguns procedimentos pelo déficit excessivo contra a França, a Espanha, a Irlanda e a Grécia. As exportações dos dezesseis países da zona euro direcionadas aos países não membros da mesma zona, caíram de 24% a 99,2 bilhões de euros em fevereiro de 2009. As importações por sua vez caíram de 21% a 101,2% bilhões de euros, - indicou o Birô Europeu de Estatística, Eurostat. As importações americanas diminuíram de 30% durante o transcorrer do primeiro trimestre de 2009 com relação ao ano anterior.

II.3.2. A fragilidade da dominação americana

A fase econômica atual inscreve-se também em um processo de reconfiguração de relações de força entre as nações. Uma das especificidades desta crise é a de ter seu epicentro no coração do sistema capitalista, isto é, nos Estados Unidos. A economia americana atingiu seu apogeu entre 1945 e 1970, quando lá estava localizada até 60% da produção industrial mundial, enquanto que hoje em dia possui apenas 20%. Pode-se acrescentar também que a presente situação se distingue sensivelmente da dos anos 50 – quando a economia mundial era movida por uma potência única. Já há 50 anos que o capital americano vem-se enfraquecendo em larga escala. É testemunha disso a diminuição da taxa de câmbio do dólar. É certo que ele continua sendo uma moeda mundial de reserva, mas os Estados Unidos é igualmente a nação mais endividada do mundo com déficits acumulados, de uma amplitude massiva. Então, o déficit comercial é equilibrado pelas compras massivas de títulos americanos do tesouro pelos bancos centrais e pelos investidores privados de outros países, em particular a China. Eles vivem a crédito desde 1970, ou seja, gastam mais do que o que produzem. Assim, desde então, os Estados Unidos tiveram que se apoiar em uma parceria que costumava ser sempre a de seu concorrente tanto para as indústrias de base, quanto para a produtividade do trabalho. Este papel foi primeiramente desempenhado pela Alemanha, depois nos anos 80 (1980), pelo Japão – para quem as consequências foram dolorosas. Hoje em dia a China o desempenha, mas em uma relação particular. Por uma parte o capitalismo chinês, apoiando-se numa reserva de mão-de-obra que conta com centenas de milhões de trabalhadores, mas ao mesmo tempo sem um sistema de bolsa, um sistema financeiro, bancário e fiscal estruturado e experimentado, é um caso muito particular. Por outra parte, ele dispõe de uma autonomia maior que seus predecessores.

O que quer dizer que a economia americana concentra hoje a maioria dos capitais, e que a China é amplamente dependente do nível de atividade americano, e no recente período suas relações foram-se deteriorando. O governo americano aceitou a desvalorização do Yuan, e em contrapartida a China compra bônus americanos do tesouro. Em janeiro de 2009 a China interrompeu as compras desses bônus, depois as retomou no fim de março, mas em menor quantidade, em troca da renúncia de Washington em levar a questão da desvalorização do Yuan às instâncias internacionais. Em março de 2009 o primeiro-ministro e o governador do Banco Central chinês pleitearam publicamente para que o dólar não fosse mais a moeda de reserva, e para que este papel fosse atribuído a uma moeda não nacional emitida por uma instituição internacional. A primeira ação formal neste sentido se deu em maio de 2009, quando a China, acompanhada pelo Brasil, um de seus principais parceiros comerciais, declarou renunciar ao dólar para seus intercâmbios bilaterais. Se ela conseguir ter êxito, a taxa do dólar diminuirá, o preço das importações aumentará, e o emprego sofrera com isso. A China, a Rússia, a França, o Japão e os Estados do Golfo reconsiderariam a substituição do dólar por um leque de divisas. Eles se uniriam devido à diferença que existe entre a hegemonia americana e sua própria potência econômica efetiva. O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, observou que *“os Estados Unidos incorreriam num erro se admitissem que o dólar continue sendo a principal moeda de reserva do mundo”* (Discurso de 27 de setembro de 2009). Em junho de 2009, Ron Kirk, representante americano do comércio, acusou a China de pôr em prática a preferência nacional no encaminhamento de suas matérias-primas industriais. Os Estados Unidos se empenharam em iniciar ao mesmo tempo em que a União Europeia, a primeira etapa de uma queixa contra a China à OMC, para protestar contra as restrições de Pequim à

exportação de matérias-primas estratégicas. Pela primeira vez desde seu acesso a esta organização (em 2001), a China perdeu, em julho de 2009 sua apelação sobre o tema das práticas que tinham por objetivo sustentar sua indústria automobilística.

III. UMA RETOMADA ARTIFICIAL

As mais recentes cifras que se referem ao crescimento econômico testemunham – se se trata de uma retomada no sentido próprio – de uma diminuição das dificuldades da economia mundial (III.1). Constataremos no antanto, que este fenômeno reposa amplamente sobre o apoio das autoridades públicas (III.2), o que não impede que as categorias mas frágeis sejam severamente afetadas (III.3), e que ela não vem acompanhada do desaparecimento dos desequilíbrios que causaram a explosão da crise (III.4).

III.1. Prenúncios de retomada

Ha vários meses, multiplicam-se os sinais otimistas quanto ao restabelecimento da situação econômica. No dia 30 de outubro de 2009, o governo americano apresentou um crescimento econômico de 3,5% para o terceiro trimestre, no ritmo de uma periodicidade anual. Que está próxima do ritmo de crescimento dos Estados Unidos durante os anos 90 (1990). A França conheceu um crescimento fraco, mas positivo durante dois semestres consecutivos (0,3%). Segundo a ministra da economia, a economia francesa *“enveredou realmente pelo caminho da retomada”* (Europe 1, 13 de novembro de 2009). O Fundo Monetário Internacional anuncia que *“a recessão*

mundial chega ao fim... a economia mundial parece estar outra vez em fase ascendente” (FMI, *Perspectives de l'économie mondiale*, 2009, p.1). Ele se apoia sobre certo número de indicadores, mais além das variações do PIB ou do PNB, que parecem anunciar o retorno da acumulação: depois de haver caído de 40% durante o ultimo trimestre de 2008, o curso das ações pulou de 30% desde então; o comércio mundial estabilizou-se depois de uma diminuição de mais de 10%, e isso depois de setembro de 2008; o intercâmbio de liquidez entre os bancos é retomado sobre os mercados interbancários...

III.2. Um crescimento fundamentalmente encorajado pela intervenção pública

Seria prematuro deduzir a volta de um crescimento econômico significativo e prolongado. De fato,

quase por todas as partes, a retomada é puxada pelo investimento público (+33,6% no primeiro semestre de 2009 na China) e o consumo das famílias, mas não pelo esforço de equipamento das empresas. (L'Expansion, n°746, outubro 2009)

Segundo o FMI,

a retomada deveria ser lenta, pois os sistemas financeiros continuam deficientes e é preciso se liberar progressivamente do apoio dos poderes públicos, e também porque nos países onde os preços dos ativos declinaram muito, as famílias continuarão a reconstituir sua poupança sendo ao mesmo tempo confrontadas com um desemprego elevado. (FMI, Perspectives de l'économie mondiale, p. 1)

O capitalismo tem, cada vez mais, a necessidade do apoio da ajuda pública, começando por sua economia mais poderosa – a dos EEUU – cujo Congresso votou, em outubro de 2008, um primeiro plano de ajuda aos grupos banqueiros e financeiros

americanos, de 700 bilhões de dólares. Em sua escala, o governo francês assegurou os bancos franceses com um plano de 360 bilhões de euros. As autoridades britânicas adiantaram o equivalente de 30% do PIB do país para salvar os bancos nacionais; por sua vez as autoridades belgas o fizeram em um 35%, as irlandesas em um 225%... Assim a volta do crescimento provem sobretudo das medidas tomadas pelo Estado, que se trate da salvação dos bancos, dos adiamentos no pagamento do imposto pelas famílias ou pelas empresas, que se trate das subvenções nacionais massivas feitas aos grupos industriais, aos quais é preciso que se adicione uma baixa considerável das taxas diretoras dos bancos centrais. Elas são atualmente de 1% para o Banco Central Europeu, de 0,5% para o Banco da Inglaterra, de 0,25% para a Fed, de 0,1% para o Banco de Japão.

III.3. As categorias mais frágeis são afetados

A recente retomada da taxa de lucro se deve à injeção de fundos públicos, e em menor medida, a uma alta no grau de exploração da classe operária. Os assalariados viram degradar-se suas condições de existência e isso, de uma maneira global: aumento do desemprego, diminuição dos salários das aposentadorias, das prestações sociais, *niveau record de saisies immobilières, hausse du nombre de sans-domicile et de la sous-nutrition... Les écarts de revenu ont explosé, et les secteurs les plus fragiles de la population mondiale ont été touchés, en particulier dans les pays les plus pauvres où ils sont très largement employés de manière informelle : plus de 50 % en Amérique latine, plus de 70 % en Afrique subsaharienne, plus de 80 % en Inde... D'après le Bureau international du travail, le chômage frappe plus de 200 millions de travailleurs dans le monde, un niveau sans précédent depuis la fin de la Deuxième guerre mondiale. La*

Chine, dont le PIB n'a pas cessé de croître, est également touchée, avec un taux officiel de 4,5 % de chômage. D'après la Banque mondiale, 90 millions de personnes ont basculé dans l'extrême pauvreté –qui équivaut à vivre avec moins de 1,25 dollar par jour. Le sort des migrants s'est dégradé.

As medidas migratórias de restrição multiplicaram-se ao longo desses últimos meses: ajudas públicas às empresas condicionadas a fortes restrições em matéria de recrutamento de estrangeiros nos EEUU; programas de retornos subvencionados na Espanha e no Japão; leis contra a imigração clandestina na Itália, etc.. Além dessas medidas os imigrados são os primeiros afetados pela destruição de empregos. (CEPII, L'économie mondiale, 2010, p. 93)

Submetidos à pressão do desemprego, os trabalhadores que conservam um emprego são obrigados a uma maior produtividade: nos EEUU, durante o 3º trimestre de 2009, a produtividade do trabalho aumentou de 9,5% enquanto que o número de horas trabalhadas caiu de 5%. No caso de retomada econômica o desemprego mundial não diminuirá no mesmo ritmo. Segundo o FMI

dada a amplitude e a persistência dos últimos choques que a economia mundial sofreu, este comportamento das empresas pode pressagiar uma retomada sem empregos. (FMI, Perspectives de l'économie mondiale, p. 18)

III.4. Desequilíbrios persistentes

No caso mais favorável, uma retomada vigorosa preparará a próxima crise mundial, mas os riscos de um crescimento de uma lentidão que dure, ou uma recaída da depressão não seriam fatos descartáveis. O FMI prevê uma explosão da dívida pública que poderia atingir daqui a 2014, 108% da riqueza nacional dos EEUU (62% hoje), 92% daquela da França (64% hoje), 246% da do Japão (188% hoje)... Além do mais a

Grã-Bretanha e os EEUU podem utilizar amplamente o recurso da criação monetária. De fato, o Banco da Inglaterra e a Fed compram de novo os bônus do tesouro e obrigações de Estado aos bancos, uma monetarização da dívida de Estado que contribui a uma depreciação da libra esterlina e do dólar americano. Apesar da intervenção de vários bancos centrais da Ásia nos mercados de câmbios, a taxa de câmbio do dólar americano prosseguiu em sua queda. Cada Estado mesmo havendo tentado salvar seu capitalismo, as razões que conduziram ao estouro da crise econômica estão sempre na ordem do dia. O aumento da taxa de exploração e, sobretudo, a destruição de uma parte do capital resultante da crise, podem criar as condições de retorno do lucro e portanto de uma fase de expansão; mas, a salvação (o resgate) pública de bancos, de companhias de seguros, de grupos de automóveis... limita a destruição do capital. Além disso a multiplicação de subvenções aos grupos financeiros e industriais de preferência aumenta o tamanho do capital mundial que pretende a título de uma coisa ou de outra (lucro industrial, lucro comercial, juros, renda...) apropriar-se de uma parte da mais valia extraída do trabalho não pago fornecido pelo conjunto do proletariado mundial.

CONCLUSÃO

O presente período constitui uma virada histórica no sentido em que a crise que nos atravessamos é a mais violenta desde a de 1929, com uma baixa muito forte na produção, acompanhada de falências de empresas, de um desemprego crescente; e ela constitui também uma advertência para a sobrevivência do próprio capitalismo... Ela se diferencia não apenas pela sua grande extensão, mas também porque ela estourou no coração do capitalismo, e porque ela não tem nada de fortuito no sentido em que ela foi alimentada por um período de crescimento relativamente longo que a precedeu. Os

Estados tiveram por resposta planos massivos de salvamento; as relações internacionais de força foram modificados, e as categorias mais fragilizadas foram as que sofreram am massa. A miséria é ao mesmo tempo, causa e consequência das crises, e desde que ela existe, o capitalismo é regularmente sacudido por crises, pelo simples fato de sua própria existência. Outrossim, a maioria dos empréstimos aos bancos, havendo sido concedidos sem outra contrapartida de reembolso, é perfeitamente possível que tais fenômenos se reproduzam no futuro. A saída visível da recessão ainda é frágil e é sustentada pelos Estados. Para pôr um fim à instabilidade crônica da economia mundial, é necessário analisar de maneira crítica o modo de regulamentação da economia, de forma a construir um modo de organização que possa maximizar o bem-estar colectivo.

Bibliografia

Robin BLACKBURN, The Subprime crisis, *New Left Review*, 50, março-abril 2008.

Paul BOCCARA, *Études sur le capitalisme monopoliste d'État*, Paris, Éditions sociales, 1977.

CEPII, *L'économie mondiale*, Paris, La Découverte, 2009.

FMI, *Perspectives de l'économie mondiale : soutenir la reprise*, outubro 2009.

John B. FOSTER, Fred MAGDOFF, Financial implosion and stagnation: back to the real economy, *Monthly Review*, dezembro 2008.

John B. FOSTER, Fred MAGDOFF, *The Great Financial Crisis: Causes and Consequences*, New York, Monthly Review Press, 2009.

Michel HUSSON, *Un pur capitalisme*, Paris, Page deux, 2008.

Isaac JOSHUA, *La grande crise du 21^e siècle*, Paris, La Découverte.

Andrew KLIMAN, A crisis for the centre of the system, *International Socialism*, 120, outubro 2008.

Vladimir I. LÉNINE, *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*, Paris, Éditions sociales, 1916.

Frédéric LORDON, *Jusqu'à quand ? Pour en finir avec les crises financières*, Paris, Raisons d'agir, 2008.

Karl MARX, *Correspondance Marx-Engels*, tome IX, Paris, Éditions sociales, 1983.

Karl MARX, *Le Capital*, Livre III, Paris, Éditions sociales, 1892.

Paul MATTICK, *Crise et théorie des crises*, Paris, Champ libre, 1979.

Robert WADE, Financial regime change?, *New Left Review*, 53, setembro-outubro 2008.